

Pouso Alegre, 05 de dezembro de 2013.

PARECER JURIDICO

PROJETO DE LEI Nº 570/2013

“Projeto de Lei nº 570/2013, que "altera a redação do art. 2º da Lei nº 5.111/2011 que 'autoriza a doação de terreno à Sociedade Empresária XCMG Brasil Investimentos LTDA'"

Conforme prévia solicitação, a Assessoria Jurídica desta Casa apresenta “parecer” sobre a legalidade do projeto de lei N. 570/2013 de autoria do Executivo.

Destacamos que o presente parecer refere-se exclusivamente aos seus aspectos legais.

1. QUANTO AO PROJETO DE LEI:

1.1. Estão atendidas as regras Constitucionais, e demais normas aplicáveis à matéria, em especial o artigo 30 da Constituição Federal¹.

2. DA COMPETENCIA:

2.1. Nota-se que a competência do Município para legislar sobre as matérias do Inciso VIII do artigo 30 da CF. é plena, ressalvada a da União para instituir diretrizes, de âmbito geral, para o desenvolvimento urbano (CF, art.21, XX)².

2.2. Em mesma trilha, a legislação local, em especial a Lei Orgânica do Município em seu artigo 74 estabelece o sistema de “**planejamento permanente**”, ou seja:

¹ Art. 30. *Compete aos Municípios:*

...

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

² CF. Art. 21. *Compete à União:*

XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos;

a administração deve atender sempre e permanentemente os objetivos e diretrizes do Plano Diretor;³

Por uma questão regimental, é necessário informar, **que o quorum para a provação da matéria é de 2/3**, segundo o artigo 53 § 1º, da Lei Orgânica do Município só é aplicado para os casos da alínea j) alienação de bem imóvel, nos casos do art. 13, § 1º, § 2º e § 4º;⁴

Concluindo, o Projeto de Lei encontra-se formulado com correção e poderá ser levado a efeito pelo Plenário da Casa, sendo que com os elementos presentes **exaramos parecer favorável à sua regular tramitação**, discussão e votação, ressaltando que a decisão final é de competência exclusiva do soberano Plenário.

É o nosso Parecer S. M. J.,

Adriano de Matos Jr
Assessor Jurídico
42827/MG

³ LOM ART. 74 - Para a consecução de seus objetivos, o Município deverá organizar-se, exercer as atividades e promover sua política de desenvolvimento sob sistema de planejamento permanente, atendendo aos objetivos e diretrizes estabelecidos no Plano Pouso-alegrense de Desenvolvimento Integrado, articulado ao Plano Diretor

⁴ Art. 13 com redação determinada pela Emenda nº 04, de 19/06/1992

§ 1º - É vedado alienar:

I - bem imóvel não edificado, salvo os casos de implantação de programa de habitação popular;

II - bem imóvel, edificado ou não, utilizado pela população em atividade de lazer, esporte e cultura, o qual somente poderá ser utilizado para outros fins se o interesse público o justificar.

§ 2º - A venda, aos proprietários de imóveis lindeiros, de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificação e outra destinação de interesse coletivo, resultantes de obra pública, bem como a de áreas resultantes de modificação de alinhamento dispensa licitação.

...

§ 4º - O Executivo poderá, mediante autorização legislativa, pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, alienar bens públicos não edificados, para implantação de atividades da pequena e micro-empresa e de serviços de utilidade pública ou para auferir recursos destinados, especificamente, apagamento de desapropriações de interesse público.